



PLANO DE PORMENOR DE SALVAGUARDA DO QUARTEIRÃO DA ÍNSULA DAS CARVALHEIRAS - TERMOS DE REFERÊNCIA

OUTUBRO 2015



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,
Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

Índice

1 Introdução	4
2 Enquadramento.....	5
2.1 Enquadramento legal	5
2.2 Enquadramento territorial	6
2.3 Enquadramento Histórico	8
2.4 Enquadramento nos IGT.....	13
A Enquadramento no PDM.....	14
B Enquadramento no Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Braga	16
3 Oportunidade de Elaboração do Plano e sua Fundamentação.....	17
4 Conteúdo do Plano	17
4.1 Conteúdo material.....	17
4.2 Conteúdo documental.....	19
4.3 AAE – Fundamentação de Decisão	21
5 Base Programática para o Desenvolvimento da solução urbanística	22
5.1 Metodologia	22
5.2 Objetivos Programáticos	22
5.3 Fases e prazos para elaboração do plano	23
5.4 Participação pública	24
6 Constituição da Equipa Técnica do Plano.....	25
7 Bibliografia.....	25
8 Anexos	Erro! Marcador não definido.



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,
Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

“O exercício de pensar a valorização do património arqueológico nas cidades é complexo e exige um diálogo frutuoso entre aqueles que descobrem e interpretam os vestígios”¹

¹ Martins, Maria Manuela (2014); in Alarcão, Pedro (coord.); Alarcão, Pedro; “Intervenção arquitetónica em contexto arqueológico. Propostas e desafios para a cidade de Braga.”; Centro de Estudos Avançados em Património Arquitetónico; Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

1| Introdução

As ruínas da Insula das Carvalheiras, classificadas como Imóvel de Interesse Público desde 17/07/1990, correspondem a uma vasta área de um bairro residencial romano que foi sendo sucessivamente ocupado até aos finais do século V/VI. A intervenção arqueológica teve início em 1983, colocando a descoberto um vasto conjunto de ruínas, cuja relevância se revela fundamental para a compreensão da cidade romana de Bracara Augusta e para a afirmação de Braga como destino turístico de excelência no âmbito do legado patrimonial do período romano.

Considerando que a valorização patrimonial é um eixo fundamental de atuação do município de Braga, particularmente no atinente ao legado do período romano e barroco, o processo de musealização da Insula das Carvalheiras enquadra-se como uma acção prioritária do executivo municipal.

“Existem vários outros sítios onde as ruínas preservadas aguardam uma necessária intervenção museológica. Entre os mais importantes, cabe destacar (...) o extraordinário quarteirão das Carvalheiras, que, constituindo um notável fragmento do urbanismo romano, nos remete para a longa história da sua sucessiva ocupação ao longo de oito séculos.”¹

Sendo que, *“o plano de pormenor de salvaguarda estabelece as orientações estratégicas de actuação e as regras de uso e ocupação do solo e edifícios necessárias à preservação e valorização do património cultural existente na sua área de intervenção, desenvolvendo as restrições e os efeitos estabelecidos pela classificação do bem imóvel e pela zona especial de protecção”², justifica-se a deliberação da sua execução na área onde se implanta este exemplar patrimonial.*

¹ Martins, Maria Manuela (2014); in “Intervenção arquitetónica em contexto arqueológico. Propostas e desafios para a cidade de Braga.” Coordenação Pedro Alarcão; Centro de Estudos Avançados em Património Arquitetónico; Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

² art.º 64 do decreto-Lei nº 309/2009 de 23 de outubro



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

O presente relatório refere-se aos termos de referência do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Quarteirão da Insula das Carvalheiras (adiante designado por PPSQC) que o município de Braga irá desenvolver.

2| Enquadramento

2.1| Enquadramento legal

A elaboração de planos de pormenor está enquadrada pelo Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), competindo à Câmara Municipal deliberar a sua realização e fundamentar a *“oportunidade dessa decisão, definição da oportunidade e dos termos de referência, sem prejuízo da posterior intervenção de outras entidades públicas ou particulares”* (artigo 76º).

De acordo com o artigo 76º (RJIGT) a elaboração de PP é determinada por deliberação da Câmara Municipal. A deliberação da realização do Plano de Pormenor é publicada em Diário da República (2ª série) e divulgada através do Portal da Câmara Municipal, da plataforma colaborativa de gestão territorial e na comunicação social e estabelece os prazos de elaboração e o período de participação.

O acompanhamento dos Planos de Pormenor é facultativo, no entanto dadas as especificidades inerentes à área do PPSQC, a Câmara poderá solicitar o acompanhamento, designadamente para a realização de reuniões e emissão de pareceres com entidades representativas dos interesses públicos na área do plano.

Pelo disposto no artigo 103º *“o plano de pormenor pode adotar modalidades específicas com conteúdo material adaptado a finalidades particulares de intervenção”*. Pela presença no Quarteirão das Carvalheiras, de elementos patrimoniais relevantes, designadamente do ponto de vista patrimonial, o município de Braga decidiu adotar, para esta área, a modalidade específica de Plano de Pormenor de Salvaguarda.



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

Com base no artigo 106º (RJIGT) *“o conteúdo e as finalidades do plano de pormenor de salvaguarda são definidos nos termos previstos na lei de bases do património cultural e demais legislação complementar”*.

Deste modo, o conteúdo do plano de salvaguarda é definido nos termos previstos na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (artigo 53º) e no DL n.º 309/2009, de 23 de outubro.

2.2| Enquadramento territorial



Figura 1- Extrato Google Maps (2015); Orientado a Norte;

in <https://www.google.pt/maps/search/mapa/@41.5417984,-8.4303003,761a,20y,41.45t/data=!3m1!1e3>



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo



Figura 2 – Extrato Google Maps (2015); orientado a sul

in <https://www.google.pt/maps/search/mapa/@41.5417984,-8.4303003,761a,20y,41.45t/data=!3m1!1e3>

A área de intervenção sujeita a Plano de Pormenor de Salvaguarda, abrange uma área de cerca de 44446,4 m², está integrada na União de freguesias da Sé, Maximinos e Cidade e apresenta as seguintes confrontações:

- Norte- Rua Visconde de Pindela
- Sul – Rua de S. Sebastião
- Nascente – Rua do Matadouro e Largo das Carvalheiras
- Poente – Rua Cruz de Pedra



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

A área em apreço localiza-se a poente do centro Medieval de Braga e integra, no centro da área sujeita a Plano de Pormenor de Salvaguarda, as ruínas arqueológicas das Carvalheiras. Na área perimetral verifica-se a existência de edifícios residenciais, na grande maioria devolutos e em mau estado de conservação.

A grande maioria das parcelas cadastrais é de propriedade privada.

2.3| Enquadramento Histórico

O presente relatório refere-se aos termos de referência do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Quarteirão das Carvalheiras (adiante designado por PPSQC) que o município de Braga pretende desenvolver para a área definida a norte pela Rua Visconde Pindela, a este pelo Campo das Carvalheiras e Rua do Matadouro, a sul pela Rua de S. Sebastião e a Oeste pela Rua Cruz de Pedra e Rua Direita, e justifica-se pela existência no seu interior, de um notável conjunto de ruínas arqueológicas, conhecida pela “Dómus das Carvalheiras”, cuja importância para o entendimento da evolução da antiga malha urbana Bracaraugustana e, sobretudo, para o conhecimento do quotidiano das pessoas que então a habitava, levaram, em 1990, à sua classificação como Imóvel de Interesse Público.

A identificação, da também denominada “Zona Arqueológica das Carvalheiras”, foi realizada no ano de 1983, na sequência de uma intervenção arqueológica solicitada pela Câmara Municipal de Braga (CMB), à Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM), no contexto de projeto que previa para aquele local, a construção de um complexo pedagógico e desportivo.



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo



Fig. 3 – Enquadramento geral das ruínas arqueológicas no quarteirão

A necessidade de se verificar a existência de ruínas naquele sector da cidade romana e da emissão de um parecer fundamentado, quanto à viabilidade de construção, conduziu a uma primeira campanha de escavações, que decorreu entre Fevereiro e Maio de 1983.

Face aos resultados obtidos nesta primeira campanha arqueológica, os trabalhos de escavação iriam prosseguir até ao ano de 1995, cobrindo-se, até a esse momento, a totalidade de um terreno limitado, a este, pelas traseiras dos prédios que se distribuem ao longo da Rua dos Marchantes, por onde se faz o acesso às ruínas, estando a norte rodeado pelas traseiras das casas da Rua da Cruz da Pedra e a sul, por um alto muro de suporte que separa este tabuleiro, onde se encontram as ruínas, de um outro, situado a uma cota superior, que serve atualmente de parque de estacionamento automóvel, de legalidade duvidosa.



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

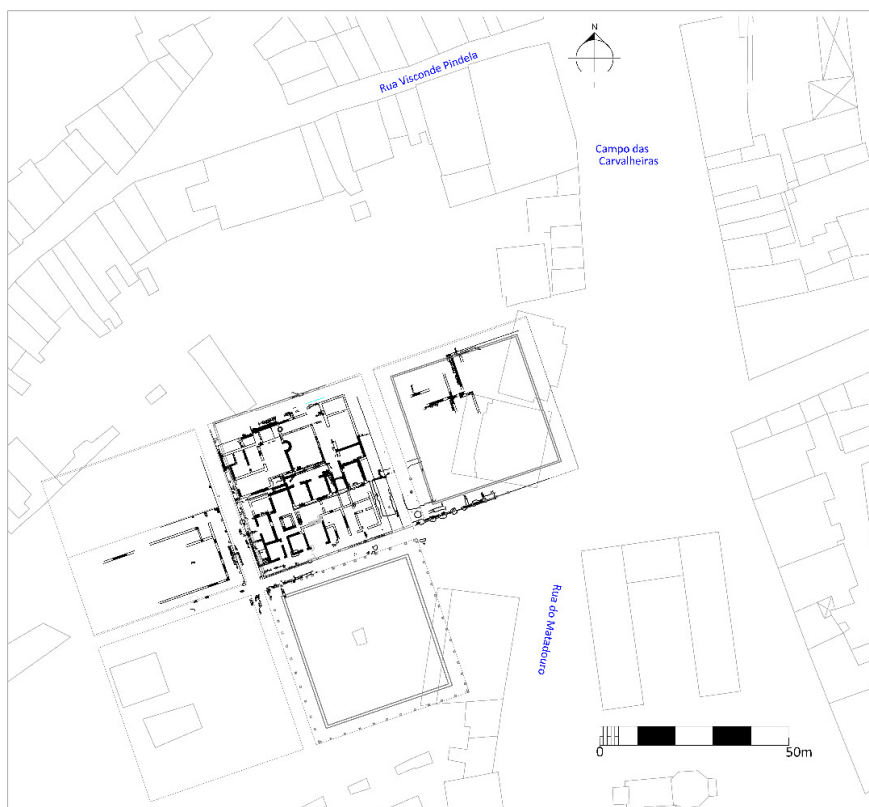


Fig. 4 – Implantação das ruínas arqueológicas no interior do quarteirão.

O enorme trabalho técnico e científico desenvolvido pela UAUM, neste local, ao longo das últimas décadas do século passado, permitiram pôr a descoberto um expressivo conjunto de vestígios arqueológicos relacionados com uma estrutura habitacional do período romano que, á época, ocuparia a totalidade de um quarteirão (insulae), delimitado por quatro ruas, como bem evidenciam as duas ruas perpendiculares calcetadas, com orientação este/oeste e norte/sul, ali detetadas em 1983.



Fig. 5 – Vista de pormenor das duas ruas perpendiculares

Para se ultrapassar os problemas apresentados pela topografia do terreno, este núcleo habitacional, iria desenvolver-se em duas plataformas. Assim, na plataforma mais elevada situavam-se o átrio e os compartimentos envolventes, enquanto na zona mais baixa localizava-se o núcleo do peristilo que formalizava uma ampla área aberta em torno da qual se desenvolviam vários espaços da casa. Na frente sul e oeste, as ruas eram flanqueadas por pórticos que possibilitavam o acesso a um conjunto de lojas que integravam a fachada da casa.



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

Em síntese, encontramos-nos perante vestígios de um modelo clássico de casa de átrio e peristilo, construída no último quartel do século I, de forma aproximadamente quadrangular, ocupando uma área de 1152 m² (Martins, 2000: 64). Este núcleo habitacional manter-se-ia ocupado até finais dos séculos V/VI, conhecendo entretanto, algumas e substanciais transformações, não tendo, no entanto, nunca perdido a sua primitiva vocação doméstica.



Fig. 6 – Vista geral das ruínas arqueológicas

Como já referido, para além do forte contributo prestado pelas ruínas exumadas na Zona Arqueológica das Carvalheiras, para o conhecimento do quotidiano de Bracara Augusta, elas seriam também fundamentais na descodificação do projeto arquitetónico elencado pelos dirigentes romanos na implantação da cidade que então tentavam erguer.

Com efeito, a restituição arquitetónica, efetuada por Silva (2000), a partir dos seus pórticos, ruas e edificado, viria a servir de base para o estabelecimento de uma modelação quadrangular para todo o traçado viário da mancha urbana ocupada pela antiga Bracara Augusta, constituindo deste modo, não só, uma poderosa ferramenta de trabalho para o estudo das interações público/privadas da sociedade de então, como também, para a compreensão da evolução de todo o tecido urbano da atual cidade bracarense.



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

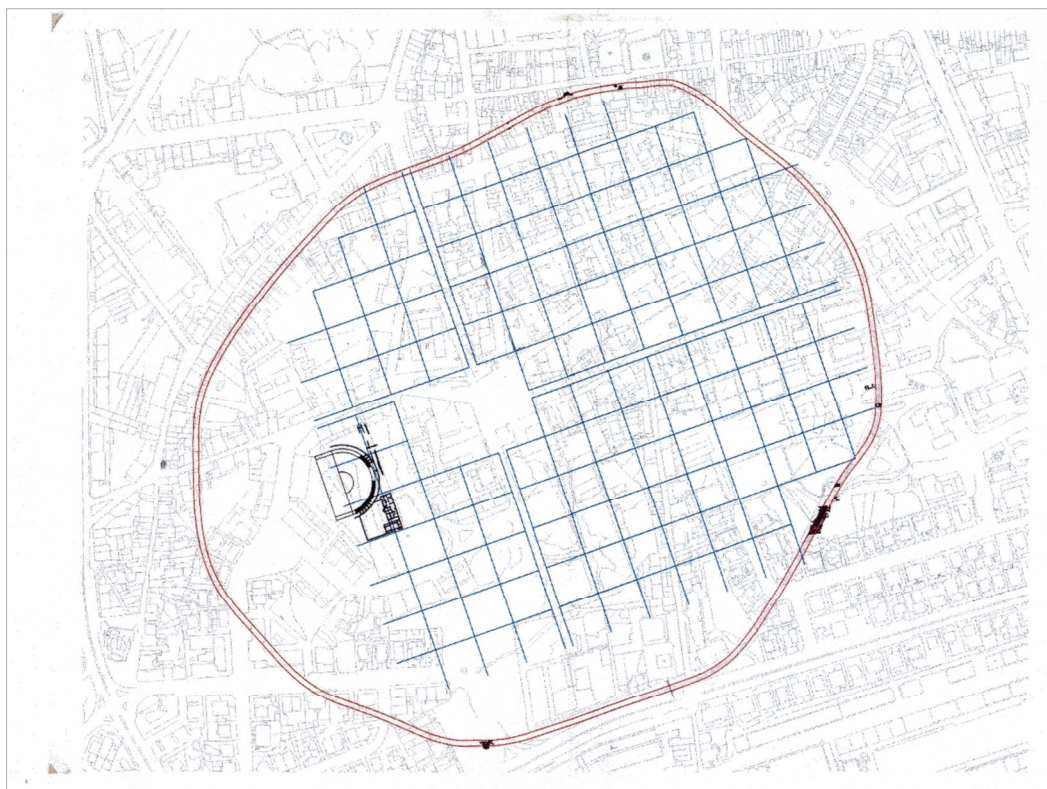


Fig. 7 – Proposta de modulação da malha urbana Bracaraugustana

2.4 | Enquadramento nos IGT

Esta área foi alvo de estudos pormenorizados integrados, designadamente, nos seguintes planos ou programas:

- 1985 -Plano de Alinhamento e cérceas
- 1989 – Plano de reordenamento do interior do quarteirão das Carvalheiras (revogado com o PDM)
- 1992 - Arranjo urbanístico do Campo das Carvalheiras
- Área sujeita a Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Braga;
- Plano Estratégico de Reabilitação Urbana;



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

- Em 2014, esta área foi alvo de estudo por parte dos alunos do Curso de Estudos Avançados em Património Arquitetónico (CEAPE), da FAUP, cujos trabalhos foram expostos no Museu D. Diogo de Sousa e no edifício Gnracion.

A| Enquadramento no PDM

A área que se propõe sujeitar a Plano de Pormenor de Salvaguarda está classificada no PDM, PUBLICADO NO Diário da República, 2ª série, n.º 201/0, através do aviso n.º 11741/2015, de 14 de outubro, como:

- Espaço Central;
- Integrado na UOPG 14 – Centro Histórico;
- Área de Estrutura ecológica Urbana – Estrutura verde Principal; Corredor Estruturante; e, na área de logradouros das construções existentes a Norte como jardins privados e logradouros;
- Condicionada pela Zona de Proteção a Património Inventariado;
- Condicionada pela Zona Especial de Proteção de Interesse Público a Património Arqueológico, Ruínas Romanas das Carvalheiras;
- Parcialmente condicionada pelas Zonas Gerais de Proteção dos imóveis IC27453 – Monumento Nacional – Cruzeiro do Campo das carvalheiras; IC 28053 – Casa Grande ou casa Cunha Reis; IC27953 – Casa oitocentista do Campo das Carvalheiras;
- Parcialmente condicionada pela Zona Geral de Influência de Património Arquitetónico Inventariado do imóvel II-32907 – Capela de S. Sebastião.
- No que se refere ao zonamento acústico trata-se de uma zona mista.



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

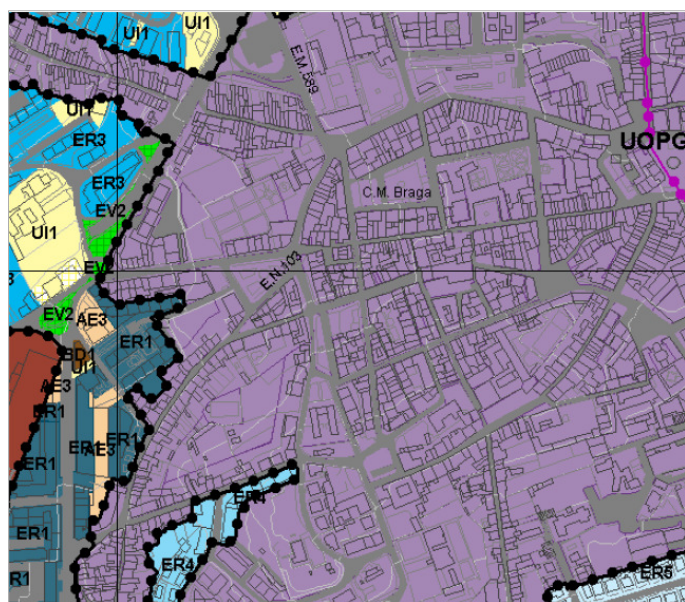


Figura 8 - Extrato Planta de Ordenamento - Planta de Classificação e Qualificação do Solo - PDM 2015

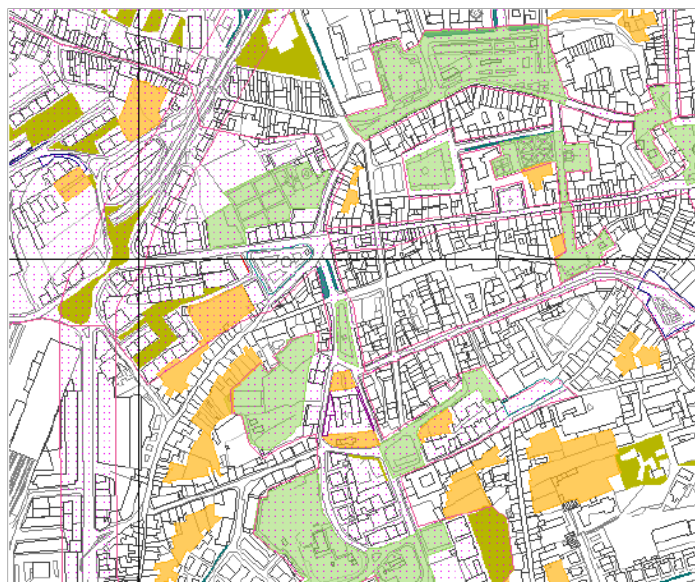


Figura 9 - Extrato Planta de Ordenamento - Estrutura Ecológica Municipal - PDM 2015

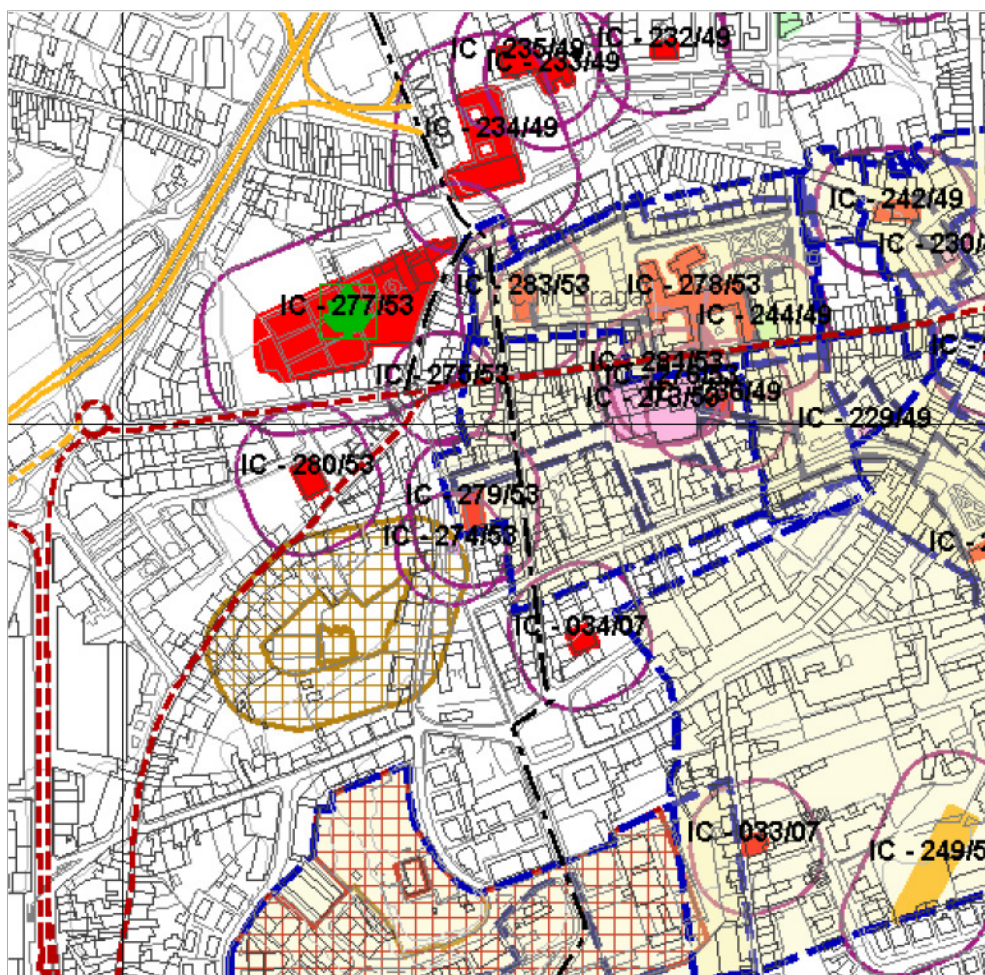


Figura 10 - Extrato Planta de Condicionantes Gerais - PDM 2015

B| Enquadramento no Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Braga

Os princípios e objetivos subjacentes ao PPSQC coincidem com os definidos no RMSRCHCB.

O RMSRCHCB aplica-se, supletivamente ao regulamento do PPSQC, à reabilitação dos imóveis existentes na área de intervenção, em tudo o que estiver omissa nesse articulado.



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

3| Oportunidade de Elaboração do Plano e sua Fundamentação

As ruínas da Insula das Carvalheiras, classificadas como Imóvel de Interesse Público desde 1990 e constituem-se como um notável e inquestionável bem patrimonial cuja relevância se revela fundamental para a compreensão da cidade romana de Bracara Augusta e para a afirmação de Braga no âmbito do legado patrimonial do período romano.

A valorização do património romano constitui-se como um dos eixos estratégicos de afirmação e promoção do município com foco para os contributos inquestionáveis para o seu desenvolvimento turístico particularmente no tocante ao legado do período romano. Deste modo o processo de musealização da Insula das Carvalheiras enquadra-se como uma acção estratégica e prioritária do executivo municipal.

Sendo que a elaboração de um plano de pormenor e salvaguarda tem como principal foco a preservação e valorização do património cultural existente considera-se premente a oportunidade de elaboração de um plano de pormenor de salvaguarda para esta área considerando o valor patrimonial da Insula das Carvalheiras, designadamente, ao nível arqueológico e, à necessidade de defesa, preservação e valorização do mesmo.

4| Conteúdo do Plano

4.1| Conteúdo material

O conteúdo material dos planos de pormenor que está definido no artigo 102º do Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio, determina a:

a| Definição e caracterização da área de intervenção

(Valores culturais; Informação arqueológica contida no solo e no subsolo; Valores paisagísticos e naturais a proteger; Infraestruturas relevantes)



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

- b|** Operações de transformação fundiária preconizadas e a definição das regras relativas às obras de urbanização;
- c|** Desenho urbano (definição dos espaços públicos)

(Espaços de circulação viária; Espaços de circulação pedonal; Estacionamento; Equipamentos; Zonas Verdes; Alinhamentos; Implantações e distribuição volumétrica; Modelação do terreno)
- d|** Distribuição de funções, parâmetros urbanísticos;
- e|** Operações de demolição, conservação e reabilitação das construções existentes;
- f|** Identificação dos sistemas de execução do plano, do respetivo prazo e da programação dos investimentos públicos associados, bem como a sua articulação com os investimentos privados;
- g|** A estruturação das ações de compensação e de redistribuição de benefícios e encargos.

Tratando-se de um Plano de Salvaguarda, deve estabelecer, para além do disposto no RJIGT²:

- a|** A ocupação e usos prioritários;
- b|** As áreas a reabilitar;
- c|** Os critérios de intervenção nos elementos construídos e naturais;
- d|** A cartografia e o recenseamento de todas as partes integrantes do conjunto;
- e|** As normas específicas para a proteção do património arqueológico existente;
- f|** As linhas estratégicas de intervenção, nos planos económico, social e de requalificação urbana e paisagística.

² CCDR-C (2014); “Guia Orientador – Plano de Pormenor”; Coimbra.



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

4.2 | Conteúdo documental

O conteúdo documental dos planos de pormenor está definido no artigo 107º do Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio, e Portaria 138/2005 de 2 de fevereiro.

O Plano de Pormenor de Salvaguarda das Carvalheiras é constituído por:

- Regulamento;
- Planta de Implantação;
- Planta de Condicionantes.

O Plano de Pormenor de Salvaguarda das Carvalheiras é acompanhado por:

- Relatório;
- Relatório Ambiental;
- Peças escritas e desenhadas que suportem as operações de transformação fundiária previstas, nomeadamente para efeitos de registo predial e de elaboração ou conservação do cadastro geométrico da propriedade rústica ou cadastro predial (planta cadastral; quadro com a identificação dos prédios, natureza, descrição predial, inscrição matricial, áreas e confrontações; planta da operação de transformação fundiária, com a identificação dos novos prédios e dos bens de domínio público; quadro com a identificação dos novos prédios ou fichas individuais; planta com as áreas de cedência para o domínio municipal; etc.);
- Programação de execução das ações previstas;
- Modelo de redistribuição de benefícios e encargos;
- Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira.



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

O Plano de Pormenor de Salvaguarda das Carvalheiras é, ainda, acompanhado pelos seguintes elementos complementares:

- Planta de localização;
- Planta da situação existente;
- Planta ou relatório, com indicação dos alvarás de licença e dos títulos de comunicação prévia de operações urbanísticas emitidos, bem como das informações prévias favoráveis em vigor ou declaração comprovativa da inexistência dos referidos compromissos urbanísticos na área do plano;
- Planta de modelação do terreno;
- Perfis transversais dos arruamentos e traçados das infraestruturas;
- Relatório sobre recolha de dados acústicos;
- Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação;
- Ficha de dados estatísticos.

Previamente à elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda é necessário produzir cartografia adequada a este desígnio.

A produção de cartografia deve obedecer à seguinte legislação³:

- DL. n.º 193/95, de 28 de julho, alterado e republicado pelo DL n.º 141/2014, de 19 de setembro.
- Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de maio.
- DL n.º 180/2009, de 7 de agosto – transposição da Diretiva INPIRE
- DL n.º 84/2011, de 20 de junho.
- DL n.º 92/2010, de 26 de julho.

³ CCDR-C (2014); “Guia Orientador – Plano de Pormenor”; Coimbra.



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

4.3 | AAE – Fundamentação de Decisão

De acordo com o definido no preâmbulo do Decreto-lei 232/2007, de 15 de junho *“a avaliação ambiental de planos e programas pode ser entendida como um processo integrado no procedimento de tomada de decisão, que se destina a incorporar uma série de valores ambientais nessa mesma decisão.*

Mais precisamente, a avaliação ambiental de planos e programas constitui um processo contínuo e sistemático, que tem lugar a partir de um momento inicial do processo decisório público, de avaliação da qualidade ambiental de visões alternativas e perspectivas de desenvolvimento incorporadas num planeamento ou numa programação que vão servir de enquadramento a futuros projectos, assegurando a integração global das considerações biofísicas, económicas, sociais e políticas relevantes que possam estar em causa.”

O relatório ambiental deverá integrar os eventuais efeitos significativos no ambiente que a prossecução do plano venha a gerar. Serão considerados, designadamente, os efeitos ao nível da população, solo, património cultural arquitetónico e arqueológico (alínea e) n.º 1, artigo 6º do DL232/2007, de 15 de junho).

A inclusão da AAE nos PMOT's, confere a este procedimento uma integração procedimental garantindo uma avaliação/acompanhamento contínua e sistemática que visa assegurar a sustentabilidade das decisões durante o processo de planeamento e após o mesmo, através da monitorização. De fato, a AAE permite avaliar atempadamente eventuais efeitos significativos decorrentes de opções de planeamento, prevendo-os e corrigindo-os.

A AAE assevera a efetivação do processo participativo, quer pela criação de dinâmicas entre atores-chave, visando uma co-responsabilização quer pela interatividade entre as entidades com responsabilidades ambientais específicas e as que intervêm na elaboração e acompanhamento do plano.



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

Por outro lado, a AAE permite otimizar o processo de planeamento, integrando as considerações de ordem ambiental, social, cultural e económica nas opções do plano e no desenvolvimento das respetivas soluções técnicas, garantindo uma adequada seleção de alternativas de desenvolvimento territorial e visando a defesa do interesse público e uma maior qualidade do plano.

Pelo exposto e de acordo com os critérios e características dos impactes, publicados no anexo do referido Decreto-lei, a área sujeita a Plano de Pormenor de Salvaguarda do Quarteirão das Carvalheiras deverá integrar o procedimento de AAE, designadamente pelo *“valor e a vulnerabilidade da área suscetível de ser afetada, devido a (...) património cultural (...)”* e pelos *“efeitos sobre as áreas (...) com estatuto protegido a nível nacional”*.

5| Base Programática para o Desenvolvimento da solução urbanística

5.1| Metodologia

Durante o processo de elaboração deverá promover-se uma participação ativa de todos os interessados, desde cidadãos, técnicos das mais diversas especialidades, instituições de ensino superior, instituições representativas de interesses patentes nesta área territorial, etc.

5.2| Objetivos Programáticos

Constituem objectivos programáticos do PPSQC a:

- Valorização, proteção e salvaguarda do conjunto de ruínas arqueológicas, através de meios que facilitem a sua leitura e conservação;
- Construção de infraestruturas associadas aos vestígios arqueológicos que contribuam para a sua valorização patrimonial e afirmação turística;



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

- Reabilitação do edificado existente, preservando as características morfotipológicas inerentes à sua conformação urbana;
- Promoção turística do património arqueológico.
- Estudo das situações em que se observe a necessidade de colmatação da frente urbana.

5.3 | Fases e prazos para elaboração do plano

Apesar do RJGT estabelecer que o acompanhamento dos planos de pormenor é facultativo, dadas as especificidades desta área irá ser solicitado o acompanhamento por entidades representativas dos interesses públicos. Pelo que os prazos apresentados abaixo serão acrescidos dos períodos que se vierem a demonstrar necessários à devida tramitação e procedimentos previstos na legislação aplicável, designadamente, RJGT.

O PPSQC será faseado do seguinte modo:

1ª Fase – 90 dias

- Participação preventiva subsequente à deliberação de elaboração do plano;
- Marcação de reuniões de auscultação com as entidades representativas dos interesses públicos inerentes a esta área;
- Sessões Públicas de esclarecimento.
- Elaboração de cartografia e da planta cadastral.

2ª Fase – 210 dias

- Elaboração da Proposta preliminar;
- Promoção de ações de participação pública;
- Concertação com entidades.

3ª Fase – 180 dias



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

- Elaboração da Proposta de Plano

4ª Fase – 60 dias

- Eventual Reformulação da Proposta de Plano

5ª Fase – 60 dias

- Discussão Pública

6ª Fase – 60 dias

- Versão Final do Plano

Pelo exposto, prevê-se um prazo de cerca de 660 dias, acrescido do tempo necessário para consulta a entidades, marcação de reuniões de concertação, desenvolvimento de estudos de apoio ao adequado desenvolvimento do plano, de elaboração cartográfica e determinação cadastral, etc.

5.4 | Participação pública

Pelo disposto no artigo 88º (RJIGT) *“durante a elaboração dos planos municipais, a câmara municipal deve facultar aos interessados todos os elementos relevantes, para que estes possam conhecer o estado dos trabalhos e a evolução da tramitação procedimental, bem como formular sugestões à autarquia ou à comissão consultiva”*.

Dada a especificidade do PPSQC e o interesse público subjacente ao património arqueológico patente nesta área, considera-se que a participação pública deverá assumir uma importância acrescida, extravasando o estipulado na legislação em vigor.



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

6| Constituição da Equipa Técnica do Plano

A elaboração do PPSQC é da competência da Câmara Municipal de Braga, através da Vereação com os pelouros da Regeneração Urbana, Património, Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo e irá ser desenvolvido pela Divisão de Planeamento Revitalização e Regeneração Urbana, pela Divisão do Património Cultural, Habitação e Gestão do Centro Histórico e pelo serviço de Arqueologia. A Direção Regional de Cultura do Norte, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto – Curso de Estudos Avançados em Património Arqueológico serão envolvidas e auscultadas durante todo o procedimento.

A necessária transversalidade multidisciplinar subjacente aos Planos de Pormenor é pertinente, sobretudo, nestes casos em que à vertente patrimonial é conferida uma importância determinante para o desenvolvimento e conceção do plano.

Deste modo, a equipa técnica que estará envolvida na elaboração do PPSQC, deverá ser composta por especialistas nas áreas da arqueologia, arquitetura, urbanismo, história, engenharia civil, mobilidade, transportes e direito, com experiência profissional de pelo menos 3 anos, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 292/95, de 14 de setembro.

7| Bibliografia

- Alarcão, Pedro (coord.); “Intervenção arquitetónica em contexto arqueológico. Propostas e desafios para a cidade de Braga.”; Centro de Estudos Avançados em Património Arquitetónico; Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Bandeira, Miguel Sopas (2012); “Tres mitos visuales de Braga. Un ensayo en Geografia Cultural”; Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales vol. XVII, n.º 1005; Universidade de Barcelona.
- CCDR-C (2014); “Guia Orientador – Plano de Pormenor”; Coimbra.



Pelouro da Regeneração Urbana, Património,

Ligação à Universidade, Planeamento, Ordenamento e Urbanismo

- Martins, M. (2000). Bracara Augusta cidade romana, Ed. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga
- Silva, J.R.C. (2000). A Insulae das Carvalheiras. Estudo de um exemplo de arquitetura privada em Bracara Augusta, Tese de mestrado em Arqueologia (policopiada), Universidade do Minho, Braga